



ANAIIS DA ASSEMBLEIA

Nº 180

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PFL

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PMDB

IRONDI PUGLIESI

4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo.....	Deputado Valdir Rossoni
PFL.....	Deputado Plauto Miró
PTB.....	Deputado Valdir Rossoni
PMDB.....	Deputado Orlando Pessuti
PPB.....	Deputado Augustinho Zucchi
PT.....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT.....	Deputado Edgar Bueno
PL.....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN.....	Deputado Emerson Nerone
PSDB.....	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 10: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 09: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Paulo Gorski - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Cesar Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 01ª SESSÃO DO PERÍODO
EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM
16 DE DEZEMBRO DE 1998**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a presente sessão e instalado o período extraordinário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFICIO Nº 720/98-G.P.

Curitiba, em 15.12.98.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de propor a Vossa Excelência, para a apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto que revoga a nota 7 da Tabela IX - Atos dos Escrivães do Cível, Família e Fazenda, cons-

tante na Lei nº 11.960, de 19 de dezembro de 1997, matéria a ser destacada do Projeto de Lei nº 460/98, que dispõe sobre a alteração das Tabelas I, II, III e VII do Regimento de Custas dos Atos Judiciais e adota outras providências", em atenção ao entendimento majoritário da Comissão de Constituição e Justiça dessa conceituada Casa de Leis.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões em 16.12.98.

(a) HENRIQUE CHESNEAU LENZ CÉSAR

Presidente do Tribunal de Justiça

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica revogada a Nota 7 da Tabela IX - Atos dos Escrivães do Cível, Família e Fazenda, constante na Lei nº 11.960, de 19 de dezembro de 1997 e em consequência, revigorado o disposto no Artigo 43 da Lei nº 6.149 de 9 de setembro de 1970.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

Matéria destacada do Projeto de Lei nº 460/98, em atenção ao entendimento majoritário da Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2107

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a retirada da Ordem do Dia, por 5 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 508/98, oriundo da Mensagem Governamental nº 57/98, em Regime de Urgência.

O presente projeto, por tratar-se de matéria disciplinadora quanto à procedência e qualidade dos produtos combustíveis comercializados no Paraná, merece um estudo mais apurado da parte dos Senhores Parlamentares.

Sala das Sessões, em 16.12.98.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 2108

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Ariranha do Ivaí - Paraná, alusivos ao 3º aniversário de emancipação política, deste Município conforme Lei nº 11.257 de 21 de dezembro de 1995.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, Senhor José Alves Rodrigues, e ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Silvio Gabriel Petrassi, através de correspondência a ser encaminhada a

Rua Londrina nº 83, CEP 86880-000, Ariranha do Ivaí - Paraná.

Sala das Sessões, em 16.12.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2109

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Cooperativa Agropecuária Mourãoense - COAMO, alusivos aos 28 anos de fundação daquela cooperativa, comemorados no último dia 28 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquela cooperativa, Senhor José Aroldo Gallasini, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Fioravante João Ferri nº 99, CEP 87308-400, Campo Mourão- Paraná.

Sala das Sessões, em 16.12.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2110

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado de Educação, solicitando informações sobre as regras para o Pós-Médio, assim como os estabelecimentos públicos que estarão aptos e credenciados para inscrever alunos de interesse na Área do Magistério ao final de 1999.

Sala das Sessões, em 16.12.98.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Considerando que em 1996 foram alteradas as regras de Ensino de 2º Grau, que a partir de 1997 estabeleceu-se que os estudantes do Instituto de Educação do Paraná devem concluir inicialmente o 2º Grau Educação Geral e seguir o Ciclo Pós-Médio àquelas pessoas interessadas nas áreas de Magistério, Cursos Técnicos e afins.

Os órgãos de Governo Estadual insistentemente divulgaram que a Secretaria Estadual de Educação do Paraná, já tinha definição de quais estabelecimentos públicos estavam aptos a iniciar imediatamente o Ciclo Pós-Médio neste Estado, visto que estudantes e famílias planejaram seu futuro educacional e foram induzidos nesta seqüência de expectativas. Até o momento não há informações definitivas e oficiais sobre o Pós-Médio, e que estudantes e familiares sentem-se inseguros quanto ao seu futuro, pois, em 1999 muitas pessoas estarão concluindo o 2º Grau Educação Geral e não há nada definido para que se possa planejar 1999 e anos seguintes tanto na formação como no Campo Profissional.

Sendo fundamental a definição imediata do que ocorre com o Pós-Médio, ainda em 1998 para maior transparência e objetividade entre educandos e educadores no curso do ano que se inicia, solicito informações

urgentes, objetivas e a definição das regras para o Pós-Médio, bem como os Estabelecimentos Públicos que estarão aptos e credenciados para inscrever alunos de interesse na Área de Magistério ao final de 1999, visto que ninguém sabe nada oficialmente, nem mesmo diretores de Estabelecimentos que tradicionalmente formavam estudantes desta área.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Ofício nº 720/98-GP, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando para apreciação, anteprojeto que "revoga a nota 7 da Tabela IX Atos dos Escrivães do Cível, Família e Fazenda, constante na Lei 11.960, de 19 de dezembro de 1997", matéria a ser destacada do Projeto de Lei nº 460/98, que "dispõe sobre a alteração das Tabelas I, II, III e VII do Regimento de Custas dos Atos Judiciais e adota outras providências", em atenção ao entendimento majoritário da Comissão de Constituição e Justiça.

Proceda-se de acordo com o solicitado pelo presidente do Tribunal de Justiça, converta-se os Artigos mencionados em projetos à parte.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 058/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/98, que objetiva redefinir a área da Floresta Estadual Metropolitana, de que trata o Decreto nº 4.404, de 13 de dezembro de 1998. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 19, de 24.03.98 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 58/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/98, que tem por objetivo redefinir a área da floresta estadual metropolitana, de que trata o Decreto nº 4.404, de 13 de dezembro de 1998.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 08.12.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Há Requerimento nº 2107 de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi solicitando retirada do Projeto de Lei nº 58, deixo de recebê-lo porque o projeto está em Regime de Urgência.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

O projeto que estamos discutindo é o projeto do item 01 da pauta. Então, diz o projeto: objetiva redefinir a área da floresta estadual metropolitana que trata o decreto tal. Gostaria de saber se algum Deputado do Governo tem alguma explicação o porquê da necessidade do projeto. Li a justificativa do Governo, não entendi, se o que quer é cortar com a BR áreas de preservação, então não é uma votação tão simples assim, gostaria de ouvir uma explicação, está cheio de números e divisas, gostaria de entender melhor o que quer dizer esse projeto. Se o Líder do Governo estivesse aí, o vice-Líder, pudesse expor para nós, para entender-mos, para votar com tranquilidade esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Vou submetê-lo a votação pela constitucionalidade. Amanhã V. Exa. terá informações da Liderança do Governo, e se for o caso eu talvez nem coloque na sessão de amanhã, eu voto a constitucionalidade e segunda-feira ele voltará e Vossa Excelência terá as informações.

Em votação. Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O projeto volta à Ordem do Dia na sessão de segunda-feira.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 487/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 055/98, que altera a redação do Art. 3º, da Lei 12.317, de 28 de agosto de 1998, e revoga o § 1º, do Art. 5º, da mesma Lei e adota outras providências. (Conselho Penitenciário). **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA nº 159, de 30.11.98 - Mens.)**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 487/98**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo alterar a redação do art. 3º, da Lei nº 12.317, de 28 de agosto de 1998, e revoga o § 1º do Art. 5º, da mesma lei e adota outras providências (Conselho Penitenciário).

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.12.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VOTO EM SEPARADO AO
PROJETO DE LEI Nº 487/98**

O projeto de lei em tela, oriundo da Mensagem do Poder Executivo, visa alterar a Lei nº 12.317/98, notadamente no que tange à forma de composição do Conselho Penitenciário do Estado do Paraná. Como se vê, a Lei objeto de alteração é novíssima, publicada no Diário Oficial em 28 de agosto de 1998.

A pretendida alteração que o governo quer ver introduzida nesta lei, implica em completa desregulamentação da composição do Conselho Penitenciário do Estado do Paraná. É notório que o atual Governo do Estado não é afeto a Conselhos participativos e representativos, preferindo indicar tudo segundo os ditames de sua própria vontade.

Contudo, a alteração que ora se propõe, é um acinte ao espírito dos Conselhos como instrumentos de participação democrática, e descentralização de poder. Um Conselho composto com a forma que pretende o Governo através da alteração proposta, não tem razão de ser. Melhor seria então o Governo assumir seu viés autoritário e extingui-lo por completo.

Face ao exposto, por a alteração afrontar o espírito democrático e participativo que é inerente aos Conselhos, o voto em separado é contrário.

Sala das Comissões, em 09.12.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

DOUTOR ROSINHA - Relator

Em Regime de Urgência. Em discussão.

Em votação. **Aprovado.**

O SR. IRINEU COLOMBO

Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Irineu Colombo, para encaminhar.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, esse projeto queremos manifestar a nossa posição contrária da Bancada do Partido dos Trabalhadores, tendo em vista que o Conselho Penitenciário tem a tarefa de discutir as políticas penais no Estado do Paraná, e a forma como tem tratado dá toda a autoridade para o Governo do Estado nomear quem ele quer para esse Conselho, sem as indicações de entidades e tudo mais. Se o Conselho é nomeado pelo próprio governo sem a participação da comunidade, diria assim, não tem sentido a existência desse Conselho. Somos contrários, tem que ter uma discussão, o sistema penitenciário do Paraná não é exemplar para tirar a comunidade da participação democrática desse Conselho, e se o Estado nomeia os seus próprios conselheiros, obviamente que vai sempre concordar com as teses do Estado.

Portanto, a nossa posição é contrária.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Em votação o projeto. Deputados que aprovam conservem-se como estão.

Aprovado, com exceção da Bancada do PT.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 508/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 057/98, dispor sobre normas de proteção ao consumidor quanto à procedência e qualidade dos produtos combustíveis comercializados do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **APROVADO. (Publ. no D.A. nº 167, de 08.12.98 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 508/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 57/98, que tem por objetivo dispor sobre normas de proteção ao consumidor quanto à procedência e qualidade dos produtos combustíveis comercializados no Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Sessões, em 09.12.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2108 e 2109, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2110, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Regimentalmente o requerimento não poderia ser recebido. Mas vamos recebê-lo e vamos submetê-lo à votação.

O SR. VALDIR ROSSONI

Para Discutir, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Transfiro para amanhã.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Garcia)

Era só, Senhor Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem)

Queria tão somente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, comunicar essa Casa, que na manhã de hoje S.Exa. o Governador, o Prefeito de Ponta Grossa e os dirigentes da Masix, do Chile, assinaram o protocolo de

instalação daquela empresa na Cidade de Ponta Grossa. Foi uma disputa realmente difícil, testemunho é nas palavras do Governador de que esta empresa foi disputada por oito Estados da Federação e ficaram tão somente dois na fase final: Minas Gerais e o Paraná. dentro do Paraná diversas cidades ofereceram as condições pelas quais essa firma desejava a sua instalação em qualquer uma das partes desse Estado. Mas para a satisfação de Ponta Grossa e da região dos Campos Gerais esse empreendimento, com o oferecimento feito à Prefeitura de Ponta Grossa, com o ajuste realizado no Governo do Estado, que conseguiu trazer ao Paraná essa importante empresa, nós na manhã de hoje tivemos a satisfação de ver realmente concretizado esse investimento de 130 milhões de dólares, que vieram somar ainda mais ao Parque Industrial da Cidade e da região dos Campos Gerais, que traduz o seu erguimento da nossa cidade e do nosso Estado. Estão de parabéns, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Governo do Estado e a Prefeitura da nossa cidade, na pessoa do Prefeito Jocelito Canto.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Pela Ordem, Senhor Presidente?

(Assentimento)

Queremos cumprimentar V.Exa. pela decisão de só retornar à Ordem do Dia o Projeto de nº 058/98, referente à área de floresta estadual metropolitana, porque realmente tem procedimento a argumentação do Deputado Irineu Colombo, quanto à falta de esclarecimento acerca desse projeto. Porque o decreto firmado pelo Governos Álvaro Dias, na época definindo essa área de floresta metropolitana, estabelecia uma área de 465 mil hectares e alguma a mais. E, agora, na proposta de lei nós estamos com 409 mil hectares. uma diferença de praticamente 60 mil hectares para menos de área de floresta na Região Metropolitana.

Todos sabemos dos esforços que se faz com relação à preservação do meio ambiente, em recuperação das matas ciliares, a exigência que hoje se faz e que se cobra. O Deputado Antonio Annibelli, inclusive, ontem, conversava sobre isso, a questão da reserva legal, que se cobra dos produtores rurais, alguns sendo acionados, executados judicialmente, para que de imediato implantem a reserva legal e, para isso, têm os produtores rurais se submetido a um esforço muito grande no sentido de resolver o problema da reserva legal.

O que estamos vendo com esse projeto, salvo explicações que possam ser convincentes a nós: através de um ato do próprio Poder Executivo Estadual estamos reduzindo a floresta da Região Metropolitana de 465 mil hectares para 409 mil hectares. É necessário que para isso tenha uma justificativa até porque não se pode dar exemplo ruim, da parte do Governo, principalmente do Governo Jaime Lerner, que é tido como um Governo ecológico e que ao longo da sua trajetória sempre procurou ter esta marca.

Então, nós do PMDB, votamos hoje a constitucionalidade do projeto, votamos favoravelmente, mas gostaria-

mos de ter de V.Exa. esta oportunidade de discutirmos mais este assunto. Pedimos principalmente ao Líder Valdir Rossoni que nos trouxesse estas informações para que a gente pudesse ter a certeza dos motivos que levaram a reduzir a área da floresta metropolitana em cerca de 60.000 hectares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Aos Deputados eleitos lembramos que amanhã, às 17:00 horas, serão diplomados os eleitos no pleito de 3 de outubro.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 17, às 10:00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 487/98

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 126/98

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 271/98

conceder, aposentadoria por invalidez, a MARIA ERNESTINA MACIEL ALZAMORA, matrícula nº

40.546, funcionária desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Universitário N-64, com vencimentos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, nos termos dos arts. 139; 224 e Parágrafo Único e 235, da Lei de nº 6.174/70, acrescidos de três (03) quinquênios, conforme o artigo 170 e Parágrafo Único, da citada Lei nº 6.174/70, calculados em conformidade com a Resolução nº 7.894/91, do Tribunal de Contas do Estado, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 15, da Diretoria de Pessoal desta Casa.

(Prot. 9792/98)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 272/98

conceder, aposentadoria compulsória, por idade, a WILSON SILVA, matrícula nº 40.035, ocupante do cargo de Agente Administrativo N-61, funcionário deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, nos termos do art. 138, inciso III e art. 141, da Lei nº 6.174/70, acrescidos de cinco (05) quinquênios, conforme o artigo 170 e Parágrafo Único, da citada Lei nº 6.174/70, calculados em conformidade com a Resolução nº 7.894/91, do Tribunal de Contas do Estado, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 26, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas da Diretoria de Pessoal da Casa.

(Prot. nº 3261/98)

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO", em 07.12.98.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - 1º Secretário

NELSON GARCIA - 2º Secretário